



Grau de sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO ÚNICO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS

SEÇÃO I  
CONDIÇÕES COMUNS INICIAIS

Cláusulas Gerais que regem o Contrato Único de Serviços Bancários, entre a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pelo Estatuto Social vigente à época da contratação, inscrita no CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4 – Brasília/DF, doravante designada **CAIXA**, representada por seu representante legal, e a outra parte, doravante denominada **CONTRATANTE**, ambas identificadas no **TERMO DE ADESÃO** que integra o presente **CONTRATO**, formando com ele um todo único e indivisível para todos os fins de direito, têm entre si justo e contratado, por esta e na melhor forma de direito, o que adiante segue.

DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto do presente contrato os seguintes serviços:

- I. Recebimentos em favor da **CONTRATANTE**, mediante: Cobrança Bancária e Débito Automático;
- II. Pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** relativos a: Pagamento de Salários, Pagamento a Fornecedores e Folha CAIXAWEB;
- III. Extrato Eletrônico.

DO TERMO DE ADESÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA** – As características e parametrizações de cada serviço contratado por meio deste instrumento são manifestadas por escrito no TERMO DE ADESÃO ao Contrato Único de Serviços Bancários, sendo considerado parte integrante deste.

**Parágrafo Primeiro** – A contratação dos serviços que compõe este instrumento ocorre de forma independente e ilimitada, podendo ser contratados tantos serviços quantos forem necessários e convenientes à **CONTRATANTE**, mediante assinatura do TERMO DE ADESÃO.

**Parágrafo Segundo** – A partir da adesão a este contrato e do respectivo TERMO DE ADESÃO, ficam revogados para todos os efeitos legais quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo, permanecendo em vigor as obrigações assumidas pela **CONTRATANTE** decorrentes dos atos e omissões praticados anteriormente.

**Parágrafo Terceiro** – A partir da adesão a este contrato a **CONTRATANTE** atesta que em nenhum momento a contratação do(s) serviço(s) foi condicionada ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.

DA CONTRATAÇÃO POR GRUPO ECONÔMICO OU CONGLOMERADO

**CLÁUSULA TERCEIRA** – É permitida a contratação dos serviços que compõe esse instrumento por grupos econômicos e/ou conglomerados sendo as condições estendidas às demais empresas participantes por meio da assinatura do TERMO DE ADESÃO DE CONGLOMERADO.

**Parágrafo Primeiro** – A empresa CONTROLADORA será responsável por comunicar claramente às EMPRESAS ADERENTES os termos e condições aplicáveis, bem como quaisquer atualizações subsequentes.

**Parágrafo Segundo** – As EMPRESAS ADERENTES passam a fazer parte do contrato firmado entre a CAIXA e a CONTROLADORA, declarando conhecerem e concordarem com todas as condições tarifárias, prazos, direitos e obrigações contratuais entre a CAIXA e a CONTROLADORA.

#### **DA REMUNERAÇÃO À CAIXA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS**

**CLÁUSULA QUARTA** – A CONTRATANTE efetuará o pagamento de tarifa de prestação de serviço prevista em Tabela de Tarifas CAIXA vigente, conforme periodicidade, valores e parâmetros constantes no TERMO DE ADESÃO a este Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – O não pagamento do valor da tarifa devida no prazo estabelecido ensejará a atualização monetária pela SELIC do dia útil seguinte da data prevista para pagamento até o dia do efetivo repasse.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de renovação automática, a CONTRATANTE declara estar ciente de que haverá, anualmente, na data de aniversário do contrato, a atualização monetária automática das tarifas dispostas no TERMO DE ADESÃO pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar, se for o caso.

#### **DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**CLÁUSULA QUINTA** – As Partes se comprometem a cumprir a legislação brasileira sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo-se a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), considerando a necessidade de compartilhamento de dados pessoais para a realização das atividades referentes aos serviços contratados no respectivo TERMO DE ADESÃO.

**Parágrafo Primeiro** – À CAIXA e às suas coligadas é igualmente permitida a coleta, o uso e o compartilhamento de dados, para os fins permitidos em lei e a que se destinam este instrumento, em cumprimento do objeto desta prestação de serviços e/ou outra(s) que beneficie(m) o cliente, pelo tempo e forma necessários à execução do contrato, assim como sejam eventualmente exigidos em face do cumprimento de obrigação legal ou regulatória do controlador ou decorram de seu legítimo interesse, tudo nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATANTE autoriza a CAIXA a fornecer aos órgãos reguladores, quando instada por estes, informações relativas aos pagadores, portadores e destinatário(s) final(is) dos recursos transitados, observando-se sempre o sigilo bancário e a Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo Terceiro** – As Partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento dos dados poderão ser revogadas a qualquer momento pela respectiva pessoa natural, mediante simples requerimento, e, portanto, se comprometem a informar uma à outra a respeito de eventuais revogações de consentimento, a fim de que as devidas medidas sejam tomadas.

**Parágrafo Quarto** – Em casos de incidentes, especialmente quando houver vazamento, no tratamento dos dados que manuseia, a CAIXA fica obrigada a notificar imediatamente a CONTRATANTE e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme a LGPD.



**Parágrafo Quinto** – As Partes concordam que, no âmbito da execução contratual, a CAIXA, ora CONTRATADA, atuará como Operadora e a CONTRATANTE, atuará como Controladora, conforme definições e requisitos estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**Parágrafo Sexto** – As Partes reconhecem e se obrigam a:

- (a) realizar o tratamento de dados pessoais observando, no cumprimento de suas obrigações contratuais, a(s) legislação(ões) aplicável(is), incluindo a LGPD;
- (b) adotar todas as medidas de proteção, confidencialidade e sigilo quanto aos dados pessoais e/ou banco de dados a que tenham acesso;
- (c) garantir que seus empregados, colaboradores, administradores, terceiros e prepostos tratem os dados pessoais produzidos ou a que tiverem acesso em razão deste Contrato, observando a confidencialidade e se abstendo de utilizá-los, divulgá-los ou reproduzi-los, parcial ou integralmente, para finalidade(s) diversa(s) daquela(s) estabelecida(s) no presente Contrato;
- (d) adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- (e) manter registro, por escrito, das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem em decorrência deste Contrato.

**Parágrafo Sétimo** – A CONTRATANTE deverá:

- (a) compartilhar com a CAIXA apenas os dados pessoais estritamente necessários para o cumprimento da(s) finalidade(s) estabelecida(s) no Contrato;
- (b) atender a eventuais requisições de exercício de direitos por parte dos titulares ou solicitações da ANPD ou qualquer outra autoridade que venha a fiscalizar o tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato.

**Parágrafo Oitavo** – A CAIXA:

- a) realizará o tratamento dos dados pessoais a que tenha acesso em razão de suas atribuições contratuais com o objetivo exclusivo de alcançar a(s) finalidade(s) estipulada(s) neste Contrato;
- b) poderá transferir e/ou compartilhar os dados pessoais decorrentes da presente relação contratual com terceiros, caso isso seja necessário para o cumprimento do objeto do Contrato;
- c) auxiliará a CONTRATANTE, quando aplicável e nos limites de suas atribuições contratuais, a levantar dados e informações para resposta a requisições formalizadas por titulares ou por qualquer autoridade;
- d) notificará imediatamente a CONTRATANTE em caso de ocorrência de incidente de segurança com os dados pessoais objeto da presente relação contratual, sempre que o incidente puder acarretar risco ou dano relevante aos titulares;
- e) restituirá ou eliminará os dados pessoais tratados em decorrência do presente Contrato, após cumprida(s) a(s) finalidade(s) de tratamento ou terminada a relação contratual entre as partes;



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

f) poderá manter os dados pessoais tratados no contexto deste Contrato após cumprida(s) a(s) finalidade(s) ou terminada a relação contratual, em caso de necessidade de cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

**Parágrafo Nono** – Em caso de descumprimento de qualquer obrigação contratual, a Parte que deu causa à infração:

- a) será responsável por seus atos, bem como de seus empregados, colaboradores, prepostos, contratados ou qualquer pessoa que tenha tido acesso aos dados pessoais, sendo-lhe aplicável as responsabilidades previstas nas cláusulas anteriores;
- b) poderá, a critério da outra Parte, ter o contrato rescindido.

### DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

**CLÁUSULA SEXTA** – O CONTRATANTE obriga-se a conduzir suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, incluindo as Leis n.º 9.613, de 03/03/1998 e n.º 12.683, de 10/07/2012 (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) e a Lei 13.260, de 16/03/2016 (Financiamento ao Terrorismo).

### DO RESSARCIMENTO

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Em caso de prejuízo decorrente de falha, erro e/ou omissão de qualquer das partes, inclusive se provocada por seus empregados, funcionários ou servidores, bem como prestadores de serviço ou prepostos, caberá à parte que deu causa ao fato o imediato ressarcimento à parte prejudicada após o levantamento dos fatores, causas e valores, independentemente de outras providências ou responsabilizações, quer civis ou penais.

**Parágrafo Primeiro** – É responsabilidade da CONTRATANTE ressarcir quaisquer valores imputados à CAIXA em decorrência de processos judiciais ou extrajudiciais originados em razão de atos ou omissões da CONTRATANTE que tenham causado prejuízos materiais ou danos morais ao CLIENTE ou à CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA fica autorizada a realizar o débito dos valores mencionados no item acima diretamente na conta da CONTRATANTE designada no TERMO DE ADESÃO na data do desembolso pela CAIXA.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de mora, a CONTRATANTE pagará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor principal e juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), montante acrescido da variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, desde a data do desembolso pela CAIXA até o pagamento pela CONTRATANTE.

### DO PROCESSAMENTO DOS DADOS ENVIADOS PELA CONTRATANTE

**CLÁUSULA OITAVA** – A depender do serviço contratado, a troca de informações entre a CAIXA e a CONTRATANTE poderá ser realizada por meio de envio e recebimento de arquivos no formato CNAB, via Webservice, API, ou por intermédio de sistemas fornecidos pela CAIXA, conforme disponibilidade. A CONTRATANTE deve fornecer todas as informações necessárias, nos termos especificados nos manuais da CAIXA, para garantir a execução adequada dos serviços contratados.



**Parágrafo Primeiro** – A definição de leiaute e demais condições operacionais ocorrerá no momento da contratação dos serviços objeto do presente contrato e estará descrito no respectivo TERMO DE ADESÃO.

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA não se responsabilizará, em nenhuma hipótese ou circunstância, por prejuízos decorrentes de adulterações ou inserções fraudulentas de dados nos arquivos/informações gerados e fornecidos pela CONTRATANTE ocorridos antes do seu recebimento.

**Parágrafo Terceiro** – O envio e recebimento de dados entre a CAIXA e a CONTRATANTE poderá ser realizado por intermédio de empresa responsável, contratada pela CAIXA, denominada VAN.

**Parágrafo Quarto** – O serviço contratado para Troca Eletrônica de Dados entre a CAIXA e VAN prevê interrupções programadas para manutenção do sistema. Os arquivos transmitidos e represados neste período, serão processados logo após à reabertura do canal de transmissão.

#### DA UTILIZAÇÃO DE MARCAS E LOGOTIPOS

**CLÁUSULA NONA** – A utilização de publicidade envolvendo marcas e respectivos logotipos de propriedade das partes depende, sob qualquer pretexto, de prévia concordância escrita da respectiva proprietária, inclusive, e não exclusivamente, no que se refere à produção de peças de divulgação que façam menção direta ao sistema da CONTRATANTE ou à rede de atendimento da CAIXA, que envolvam ou mencionem, direta ou indiretamente, os serviços objeto deste Contrato.

#### DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Havendo a necessidade de publicação do presente contrato em veículos oficiais, as partes estabelecem desde já que a publicação será de responsabilidade da CONTRATANTE, a qual declara estar ciente.

#### DA RESONSABILIDADE DAS PARTES

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A CAIXA, na condição de mero mandatária, fica isenta de qualquer responsabilidade decorrente das relações mantidas entre a CONTRATANTE e terceiros (favorecidos, clientes, beneficiários, contribuintes, titulares, pagadores, etc), das implicações que possam surgir da operacionalização dos serviços objeto desse CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A CAIXA não se responsabilizará, em nenhuma hipótese ou circunstância, pelos valores contidos em arquivos, nem por atrasos provocados pela inexatidão das informações, cabendo-lhe, apenas, efetuar os lançamentos nas contas corretamente expressas.

**Parágrafo Único** – A CAIXA não se responsabilizará por arquivo entregue em prazo superior ao estipulado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A CONTRATANTE deverá manter atualizados os seus dados cadastrais e de seus representantes junto à CAIXA.

### SEÇÃO II

#### DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS E PAGAMENTO A FORNECEDORES



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**– A CONTRATANTE deverá estruturar e transmitir à CAIXA os arquivos de pagamentos com a antecedência mínima estipulada pelo *float* negociado no TERMO DE ADESÃO.

**Parágrafo Primeiro** – O serviço contratado para troca eletrônica de dados entre a CAIXA e a VAN prevê interrupções programadas para manutenção do sistema aos domingos, das 00:00h às 06:00hs. Os arquivos transmitidos e represados no intervalo entre 00:00h e 06:00hs – Domingo, serão processados logo após à reabertura do canal de transmissão.

**Parágrafo Segundo** – Os arquivos encaminhados poderão contemplar várias datas de pagamento.

**Parágrafo Terceiro** – Os arquivos que eventualmente tenham previsão de pagamento em dia não útil serão considerados como vencíveis no próximo dia útil.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – No prazo acordado no TERMO DE ADESÃO, a CONTRATANTE deverá disponibilizar em sua conta corrente saldo disponível igual ou superior ao montante a ser utilizado para a quitação dos serviços contratados, acrescido do valor da tarifa.

**Parágrafo Primeiro** – O cálculo da tarifa considera a quantidade de lançamentos processados e agendados pela CAIXA, independentemente se os créditos tenham sido efetivados.

**Parágrafo Segundo** – Sobre os arquivos enviados a título de estorno também incidirão tarificação, bem como sobre arquivos disponibilizados por qualquer motivo originado pela CONTRATANTE ou a pedido desta.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATANTE pagará, por estorno efetuado, a mesma tarifa contratada para os lançamentos de crédito e no mesmo prazo.

**Parágrafo Quarto** – O serviço de disponibilização de arquivo é remunerado por registro retransmitido, conforme Tabela de Tarifas vigente.

**Parágrafo Quinto** – Pode ser solicitada a disponibilização dentro do prazo de 30 dias, sem custos, diretamente à VAN ou através do atendimento externo pelos telefones 4004 0104 para atendimento às capitais e regiões metropolitanas e 0800 104 0104 para atendimento às demais regiões.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – O não cumprimento dos prazos e serviços contratados ensejará cobrança de tarifa conforme Tabela de Tarifas vigente à época da utilização, sem o desconto previsto no TERMO DE ADESÃO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – A CAIXA somente reverterá em favor da CONTRATANTE os créditos efetuados na conta bancária dos CREDITADOS/FORNECEDORES mediante solicitação por escrito da CONTRATANTE, desde que exista saldo disponível e o FORNECEDOR/CREDITADO compareça à CAIXA para assinar “Autorização de Débito” em sua conta e formalizar o pedido de crédito correspondente na conta da CONTRATANTE.

**Parágrafo Único** – A “Autorização de Débito” deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: nome completo e assinatura do Cliente, número da agência e da conta a ser debitada, valor e data do débito a ser efetuado, especificação do motivo para o estorno. A autorização deverá ser obtida de todos os titulares, quando se tratar de conta conjunta

### DO PAGAMENTO DE SALÁRIO



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – O serviço consiste no processamento, pela CAIXA, de créditos provenientes de folha de pagamento gerada pela CONTRATANTE, lançados na conta dos empregados em contrapartida do débito na conta corrente da CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro** – Na forma da Resolução CMN nº 5.058/2022, os pagamentos de salários somente podem ser realizados nessa modalidade de serviço, e os créditos são efetuados obrigatoriamente em Contas Salários abertas em nome dos empregados da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – Por empregados da CONTRATANTE entende-se cada pessoa que mantém vínculo de remuneração com a CONTRATANTE, seja vencimento, salário, subsídio ou proventos, denominados para efeitos deste instrumento, CREDITADO.

**Parágrafo Terceiro** – A adesão dos CREDITADOS aos termos deste contrato dar-se-á por ocasião da solicitação de abertura de conta, investindo-se, nesse ato, a CONTRATANTE, de poderes para representá-los.

**Parágrafo Quarto** – A fim de atender a Resolução BCB nº 284/2023, tanto o arquivo remessa quanto o saldo em conta corrente para débito deverão estar disponíveis na CAIXA até o horário limite de 10:59 horas da data do crédito de salário, sob risco de não efetivação.

**Parágrafo Quinto** – A CAIXA estará isenta de responsabilidade no caso de ausência de saldo na conta corrente da CONTRATANTE no prazo estipulado, bem como nos casos em que arquivo seja entregue em prazo superior ao estipulado, salvo nos casos em que houver autorização expressa para tal.

#### DA FOLHA CAIXAWEB

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – O serviço da Folha CAIXAWEB destina-se a contratante que possua até 150 empregados.

**Parágrafo Primeiro** – Em se tratando do serviço referente à Folha CAIXAWEB, a CONTRATANTE estará responsável por gerar a folha de pagamento no Gerenciador Financeiro CAIXA, respeitando os serviços contratados.

**Parágrafo Segundo** – A transmissão da Folha CAIXAWEB se dará exclusivamente pela Internet, por meio do Gerenciador Financeiro CAIXA, e será efetivada mediante autorização por assinatura eletrônica.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATANTE poderá autorizar remessa de folha de pagamento com antecedência máxima de até 60 dias, a contar da data do crédito.

**Parágrafo Quarto** – A conta salário do CREDITADO será aberta pela CAIXA mediante encaminhamento de arquivo pela CONTRATANTE no leiaute fornecido pela CAIXA, no qual constarão, no mínimo, as informações do número do Documento de Identidade, nome completo, número de cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos CREDITADOS, sendo a correta identificação de responsabilidade da CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATANTE deve estar ciente da impossibilidade de utilização do serviço Folha CAIXAWEB para o pagamento de verbas rescisórias.

**Parágrafo Sexto** – Em caso de descumprimento do parágrafo anterior, a CAIXA não se responsabilizará, em nenhuma hipótese ou circunstância, por atraso no pagamento, sendo a integral e exclusiva responsabilidade pelo atendimento dos prazos previstos na legislação trabalhista.



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

**Parágrafo Sétimo** – A CONTRATANTE responsabiliza-se, desde já, pelo pagamento das respectivas tarifas, as quais serão cobradas na data do crédito dos salários, por lançamento agendado, independentemente se os créditos tenham sido efetivados.

**Parágrafo Oitavo** – Para a Folha CAIXAWEB será permitido o cancelamento da remessa de salário, pelo próprio CONTRATANTE por meio do Gerenciador Financeiro CAIXA, no prazo máximo de D-1 (dia anterior) da data prevista para o crédito.

### DA CONTA SALÁRIO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – A conta salário, de abertura obrigatória para convênios de folha de pagamento, se destina exclusivamente a créditos de natureza salarial oriundos de convênios de folha de pagamento, permitindo a movimentação dos recursos disponíveis por meio de cartão de débito e canais de atendimento ou por transferência automática pelo valor total do crédito.

**Parágrafo Primeiro** – O CREDITADO de verbas salariais passará a ser titular de conta na CAIXA, destinada ao registro e controle do fluxo de recursos de natureza salarial, denominada conta salário, conforme determinação da Resolução CMN nº5.058/2022.

**Parágrafo Segundo** – A abertura da conta salário é obrigatória para os beneficiários de convênios de Folha de Pagamento, sendo rejeitados os lançamentos de pagamento de salário para beneficiário que não tenha conta salário.

**Parágrafo Terceiro** – A conta salário admite créditos exclusivamente realizados pelo CNPJ empregador, não permitindo o recebimento de depósitos de outras fontes.

### DO PAGAMENTO A FORNECEDOR

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – O Serviço consiste no processamento, pela CAIXA, de créditos provenientes de Pagamento a Fornecedores em contrapartida ao débito na conta corrente da CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro** – Por fornecedores entende-se cada Pessoa Física ou Jurídica que mantém vínculo de prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos com a CONTRATANTE, denominados para efeitos deste instrumento, FORNECEDOR.

**Parágrafo Segundo** – A definição de FORNECEDOR não se aplica a Pessoa Física que mantenha vínculo de remuneração com a CONTRATANTE, seja vencimento, salário, subsídio ou proventos, sendo vedado o crédito de valores dessa natureza por meio do serviço de Pagamento a Fornecedores.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Na hipótese da CONTRATANTE atuar como Agregador de Pagamentos, ou seja, realizar intermediação de pagamentos para terceiros, é obrigatório fornecer à CAIXA os dados do pagador efetivo.

**Parágrafo Único** – Pagador efetivo é a Pessoa Física ou Jurídica, cliente da CONTRATANTE, que teve os recursos utilizados para realizar a liquidação do boleto bancário, guia de arrecadação ou outro arranjo de pagamento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** – Para que a efetivação da TED ocorra na data prevista, tanto o arquivo remessa quanto o saldo em conta corrente para débito deverão estar disponíveis na CAIXA até o horário limite de 15:49 horas da data do crédito, sob risco de não efetivação.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** – Para pagamentos de TED acima de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) deverá ser solicitado à agência de relacionamento o pré-cadastramento de limite e conta destino com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência do envio da TED, sendo o respectivo agendamento rejeitado em caso de ausência do pré-cadastramento.

**Parágrafo Único** – A CAIXA estará isenta de responsabilidade nos casos em que o agendamento for rejeitado em razão da ausência do pré-cadastramento no prazo estipulado, bem como nos casos em que arquivo seja entregue em prazo superior ao estipulado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA**– Em função da Circular BACEN nº 3.598 de 06 de junho de 2012, os pagamentos de boletos com valor igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) deverão seguir as mesmas orientações estabelecidas para o envio de TED, no tocante aos horários de envio de arquivo e disponibilização de recursos, sob risco de não efetivação do pagamento.

**Parágrafo Primeiro** – O valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) poderá ser alterado sem prévio aviso, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil para o Valor de Referência de boletos (VR-Boleto).

**Parágrafo Segundo** – Para que a efetivação dos boletos mencionados no *caput* ocorra na data prevista, tanto o arquivo remessa quanto o saldo em conta corrente para débito deverão estar disponíveis na CAIXA até o horário limite de 15:49 horas da data do crédito, sob risco de não efetivação.

**Parágrafo Terceiro** – A CAIXA estará isenta de responsabilidade no caso de envio arquivo em prazo superior ao estipulado ou em caso de saldo insuficiente na conta corrente da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA** – Caso o pagamento de TED seja rejeitado no processamento por qualquer motivo, o recurso é devolvido para a conta corrente de origem no processamento noturno.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA** – Ordem de Pagamento é destinada, prioritariamente, para créditos até o limite de R\$ 10.000,00 por favorecidos, por remessa e/ou no período de 30 (trinta) dias corridos.

**Parágrafo Primeiro** – Para transferências de valores superiores a R\$ 10.000,00 devem ser utilizados outros meios de pagamento como crédito em conta.

**Parágrafo Segundo** – a Ordem de Pagamento deverá ser utilizada somente em caso de não haver possibilidade de crédito em conta corrente do favorecido.

**Parágrafo Terceiro** – No ato da emissão da Ordem de Pagamento, a CONTRATANTE deve informar obrigatoriamente a identificação do creditado, com CPF/CNPJ e Documento de identificação, sendo que a ausência desses dados inviabilizará a pagamento ao favorecido.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA** – O serviço “Comprovante de Pagamento” consiste no envio à CONTRATANTE de um código, no arquivo retorno, que representa a Autenticação do Pagamento, conforme leiaute de arquivo fornecido pela CAIXA à CONTRATANTE e na disponibilização de comprovantes para impressão no Gerenciador CAIXA.

### SECÃO III

#### DAS CONDIÇÕES GERAIS DO EXTRATO ELETRÔNICO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** – O serviço de Extrato Eletrônico CAIXA consiste na disponibilização de extrato bancário em formato de arquivo eletrônico, em leiaute padrão definido pela FEBRABAN e/ou em padrão MT940 a partir da rede de transmissão SWIFT.

**Parágrafo Primeiro** – O arquivo eletrônico disponibilizado é constituído, exclusivamente, da movimentação financeira contida no extrato da conta bancária (créditos e débitos) e, portanto, não são apresentadas informações de saldo de investimentos e/ou lançamentos futuros.

**Parágrafo Segundo** – As informações técnicas referente aos leiautes ofertados pela CAIXA constam no site oficial da CAIXA em download.

**Parágrafo Terceiro** – É possível solicitar a disponibilização dos arquivos dentro do prazo de 60 dias, contados a partir da data de sua geração.

**Parágrafo Quarto** – A disponibilização de arquivos padrão CNAB pode ser solicitada dentro do prazo de até 30 dias, sem custos, diretamente à VAN ou através do Suporte Tecnológico Externo (STE), pela central de atendimento Alô CAIXA 4004 0 104 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 104 0 104 (demais regiões) na opção “outros convênios”. Para arquivos com data de movimento acima de 30 dias a solicitação deve ser feita nas agências da CAIXA.

**Parágrafo Quinto** – A disponibilização de arquivos padrão MT940 pode ser solicitada nas unidades agências da CAIXA, dentro do prazo-limite de 60 dias.

**Parágrafo Sexto** – É permitida a inclusão de múltiplas contas em um mesmo convênio, ainda que pertençam a outras Agências ou outros titulares. Neste caso, a inclusão deve estar expressa no TERMO DE ADESÃO ou em TERMO ADITIVO.

#### SEÇÃO IV

##### DAS CONDIÇÕES GERAIS DO DÉBITO AUTOMÁTICO

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** – O serviço de Débito Automático, voltado para o recebimento de valores por meio de débito na conta dos CLIENTES da CONTRATANTE, referente a compromisso firmado entre eles, será prestado pela CAIXA com o processamento de arquivos recebidos por meio magnético, com a respectiva contrapartida a crédito na conta da CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro** – Os arquivos a que se refere o *caput* serão gerados pela CONTRATANTE utilizando, obrigatoriamente, o leiaute fornecido pela CAIXA para que possam ser processados.

**Parágrafo Segundo** – Os arquivos deverão ser transmitidos à CAIXA com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de efetivação do Débito, sob pena de serem automaticamente rejeitados pelo sistema e devolvidos à CONTRATANTE.

**Parágrafo Terceiro** – Os arquivos encaminhados poderão contemplar várias datas de vencimento.

**Parágrafo Quarto** – Os arquivos que, eventualmente, tenham previsão de débito em dia não útil serão considerados como vencíveis no próximo dia útil.

**Parágrafo Quinto** – Os lançamentos a débito dos valores, constantes nos arquivos, que contenham o Código de Agência, Código de Operação ou número de Conta incorretos não serão efetivados, sendo informados através do tipo e espécie de retorno acordado, assim como os



lançamentos que estejam corretos, mas sejam destinados a conta com impedimentos normativos e/ou legais.

**Parágrafo Sexto** – A CAIXA repassará o produto da arrecadação em conta informada pela CONTRATANTE conforme prazo definido no Termo de Adesão.

**Parágrafo Sétimo** - Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado estão sujeitos a correção, com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais, do dia útil seguinte ao previsto para repasse até o dia da sua efetivação.

## **DO CADASTRO DE OPTANTE E DA AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** – A utilização do Cadastro de Optantes para débito em conta é obrigatória.

**Parágrafo Único** – Entende-se por Cadastro de Optantes o banco de dados onde fica registrada a autorização de débito fornecida pelo CLIENTE para processamento em sua conta na CAIXA.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA** – O cadastramento de CLIENTES na opção de débito automático em conta efetuado diretamente pela CONTRATANTE deverá obedecer ao disposto neste contrato e no TERMO DE ADESÃO.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATANTE deverá coletar e manter sob sua guarda e às suas expensas os respectivos instrumentos de “Autorização para Débito em Conta”, os quais deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Nome completo e assinatura do CLIENTE, nos casos de contrato impresso;
- II. Autorização verbal do CLIENTE, nos casos de contrato eletrônico firmado através de gravação de voz;
- III. Indicação do número da agência e da conta específica a ser debitada;
- IV. Data do vencimento da autorização do débito, ainda que seja por prazo indeterminado;
- V. Especificação da obrigação assumida pelo CLIENTE, bem como a empresa que realizará o débito;
- VI. Ciência e consentimento do CLIENTE (Pessoa Física) de que haverá o compartilhamento de dados pessoais entre a CONTRATANTE e a CAIXA, para os fins específicos dos serviços de Débito Automático.

**Parágrafo Segundo** – Em se tratando de instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Cadastro de optantes deverá ser transmitido, pela CONTRATANTE à CAIXA, com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da efetivação do débito e, ainda, além das informações do Parágrafo acima, a “Autorização para Débito em Conta” deverá ser vinculada a cada contrato e ter informações referentes a manifestação do CLIENTE quanto à realização de débito:

- I. sobre limite de crédito;
- II. integral ou parcial após o vencimento;

**Parágrafo Terceiro** – A autorização acima referida deverá ser obtida de todos os titulares, quando se tratar de conta conjunta não solidária.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATANTE deverá guardar a autorização, por até 5 (cinco) anos após o término da vigência da autorização, e exibi-la no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sempre que solicitado pela CAIXA.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA** – Os cadastros de optantes enviados pela CONTRATANTE, com exceção das instituições financeiras e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, permanecerão “pendentes”, pelo prazo definido pela CAIXA, para que os CLIENTES realizem a autorização ou rejeição.

**Parágrafo Primeiro** – É obrigação da CONTRATANTE, com exceção das instituições financeira e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, comunicar aos CLIENTES que a inclusão no cadastro de optante realizada por ela exige, obrigatoriamente, a autorização do CLIENTE nos canais de atendimento CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – O retorno do arquivo de cadastro de optante, encaminhado pela CONTRATANTE, com exceção das instituições financeiras e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, somente será enviado após o posicionamento do CLIENTE nos canais de atendimento CAIXA.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA** – Os comandos de débito enviados via arquivo somente poderão ser enviados à CAIXA após a inclusão dos CLIENTES no cadastro de optantes e, quando exigido, após a autorização do CLIENTE.

**Parágrafo Único** – Arquivos e registros enviados para débito na conta dos CLIENTES sem cadastro de optantes ou que estiverem com o cadastro de optantes “rejeitados”, “pendentes”, “cancelado”, ou “bloqueado” serão rejeitados.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA** – No caso de cadastramento de Optantes efetuado pela CAIXA, será de sua responsabilidade informar à CONTRATANTE, por meio magnético, as manutenções efetuadas.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA** – É facultado ao CLIENTE solicitar a formalização de cancelamento de autorização de débito, tanto na CONTRATANTE como na CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** – A parte que receber a formalização de cancelamento de autorização de débito deverá encaminhar à outra arquivo, conforme leiaute fornecido, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da efetivação do débito do CLIENTE.

**Parágrafo Segundo** – Quando o cancelamento ocorrer na CONTRATANTE, este deverá coletar e manter sob sua guarda e às suas expensas os respectivos instrumentos de “Cancelamento de Autorização para Débito em Conta”, pelo prazo de cinco anos, contados a partir do término do prazo da autorização, para exibi-lo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sempre que solicitado pela CAIXA, devendo conter, além dos dados do instrumento de “Autorização para Débito em Conta”, as seguintes informações:

- I. Nome completo e assinatura do CLIENTE, nos casos de contrato impresso;
- II. Autorização verbal do CLIENTE, nos casos de contrato eletrônico firmado através de gravação de voz;

#### **DO ESTORNO DO LANÇAMENTO DE DÉBITO AUTOMÁTICO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA** – Quando houver qualquer reclamação por parte do CLIENTE, a CAIXA poderá, a seu exclusivo critério, efetuar o estorno dos lançamentos já efetivados,



debitando, na conta da CONTRATANTE, além do valor envolvido propriamente dito, todos os encargos decorrentes da efetivação do débito reclamado.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATANTE está ciente de que deverá cobrar diretamente do CLIENTE o valor estornado, na ocorrência da hipótese prevista no *caput*.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATANTE somente poderá solicitar novo débito do valor estornado se dispuser de expressa autorização do CLIENTE em conformidade com o exigido na Cláusula que versa sobre a “Autorização para Débito em Conta”.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de autorização verbal, mediante gravação de voz, manifestada pelo próprio Optante junto à CONTRATANTE, as despesas decorrentes da confirmação da autenticidade da gravação serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

#### DO RECOLHIMENTO DE IOF EM DÉBITOS DE PRÊMIO DE SEGURO

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA** – Nos termos do art. 2º, III e art. 20 do Decreto nº 6.306 de 14/12/2007, na ocorrência de agendamentos de débito em conta referente a prêmios de seguro, compete a CONTRATANTE enviar à CAIXA, destacadamente, em conformidade com as orientações técnicas recebidas:

- I. Valor do prêmio do seguro; e
- II. Valor do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários) a recolher sobre a operação.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – A CAIXA recolherá o valor do tributo informado pela CONTRATANTE à Receita Federal, conforme art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.969/2020.

**Parágrafo Primeiro** – A responsabilidade pela definição, cálculo do imposto devido e fornecimento do valor referente ao IOF é exclusiva da CONTRATANTE, cabendo à CAIXA apenas a cobrança e o recolhimento do tributo.

**Parágrafo Segundo** – O agendamento de débito em conta dos CLIENTES corresponderá ao prêmio total – somatório dos valores relativos ao prêmio do seguro e ao do IOF informados pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Terceiro** – Apenas o valor correspondente ao prêmio do seguro será objeto de repasse à CONTRATANTE, no prazo contratado.

**Parágrafo Quarto** – Se o cálculo fornecido pela CONTRATANTE do valor referente ao IOF for igual a R\$ 0,00 (zero), o respectivo agendamento de débito em conta será acatado, considerando a possibilidade de isenções e imunidades previstas na legislação vigente.

**Parágrafo Quinto** – Agendamentos de débito em conta com valor de IOF superior ao valor do prêmio do seguro serão rejeitados.

#### DA ROTINA DE CONTESTAÇÃO DE DÉBITO

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA** – A CAIXA enviará todos os dias úteis uma MENSAGEM ELETRÔNICA (e-mail) para a CONTRATANTE por meio do endereço informado pela empresa no Termo de Adesão, com 2 (duas) relações: “Débitos não reconhecidos” e “Estornos que serão efetuados”.



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

**Parágrafo Primeiro** – Caso não existam débitos ou estornos a serem relacionados, mesmo assim, a CONTRATANTE receberá uma mensagem da rotina automatizada informando que não existe movimento para aquele dia.

**Parágrafo Segundo** – Caso a CONTRATANTE não identifique o recebimento em determinada data deste e-mail, deverá acionar imediatamente sua agência de relacionamento relatando este fato.

- I. A ausência desta manifestação por parte da CONTRATANTE, presume-se que a comunicação foi recebida.

**Parágrafo Terceiro** – É de responsabilidade da CONTRATANTE informar à CAIXA, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência eventual alteração deste e-mail, para fins de não interromper a rotina de comunicação entre as partes.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA** – Na mensagem eletrônica, prevista na rotina de contestação de débito, poderá conter uma RELAÇÃO DE DÉBITOS NÃO RECONHECIDOS, que foram objeto de questionamento quanto a sua procedência por parte do cliente CAIXA, com nº conta e do optante identificados.

**Parágrafo Primeiro** – Para que seja demonstrado ao CLIENTE sua regularidade, a CONTRATANTE deverá encaminhar o documento ou gravação que demonstre a autorização do cliente para efetuar débitos em sua conta, para o convênio/compromisso em questão.

**Parágrafo Segundo** – O envio do documento ou gravação com a demonstração da autorização deverá ser realizado em até 3 dias úteis, até às 18h, contados a partir da data do primeiro e-mail de notificação, sendo desconsiderados como dias úteis somente sábado, domingo e feriados nacionais.

**Parágrafo Terceiro** – Para cada convênio/conta identificado na relação citada, a CONTRATANTE deverá enviar para o endereço de e-mail informado, uma mensagem preenchendo no campo “Assunto” o número da ocorrência especificada na relação, e anexar o documento/gravação que demonstre a autorização para efetuar os débitos.

**Parágrafo Quarto** – Serão desconsideradas mensagens sem ou com mais de um anexo, cujo anexo seja maior que 5 megabytes (MB), com número de ocorrência inválido, bem como, sem número de ocorrência no assunto.

**Parágrafo Quinto** – A ausência do envio da autorização até às 18h do 3º dia útil, acarretará estorno dos débitos não reconhecidos ao reclamante.

**Parágrafo Sexto** – Se a autorização não for reconhecida ou houver a manutenção da reclamação por parte do CLIENTE, o estorno será efetivado e a CONTRATANTE deverá proceder com a cobrança direta ao CLIENTE.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA** – Na mensagem eletrônica, prevista na rotina de contestação de débito, poderá conter uma RELAÇÃO DE ESTORNOS, que estarão programados para acontecer na data da mensagem, na rotina noturna, para isso a CONTRATANTE deverá manter o valor especificado em conta.

**Parágrafo Primeiro** – O valor total dos débitos reclamados, por conta/convênio, será debitado na conta compromisso da empresa e creditado na conta do CLIENTE que o contestou.

**Parágrafo Segundo** – Tais débitos terão sido objeto de prévio acionamento a CONTRATANTE por meio da rotina descrita, e serão identificados com dois possíveis motivos:



- I. Não envio autorização: casos que a CONTRATANTE não enviou a autorização de débito do CLIENTE para a CAIXA, no prazo estipulado (até 18h do 3º dia útil após a primeira notificação);
- II. Autorização não reconhecida: casos que a CONTRATANTE enviou a autorização para a CAIXA, mas o CLIENTE não o reconheceu/aceitou e solicitou formalmente o estorno do valor.

**Parágrafo Terceiro** – Para ambos os casos, a CONTRATANTE deverá acionar diretamente o cliente para dirimir eventuais dúvidas quanto a procedência do débito e realizar a cobrança do valor se devido for.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA** – A CONTRATANTE poderá ser acionada pela CAIXA por outros meios de comunicação (e-mail ou telefone) para atender reclamações originadas do PROCON, BACEN, SAC e outros canais externos de atendimento, que têm o prazo para atendimento inferior a 3 (três) dias úteis.

**Parágrafo Único** – Todos os acionamentos referentes a contestação de débito podem ser contemplados no fluxo previsto no presente instrumento.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA** – São hipóteses complementares de rescisão imediata do serviço de Débito Automático, os seguintes eventos:

- I. Reclamações registradas em canais de atendimento da CAIXA ou órgãos reguladores/fiscalizadores do Sistema Financeiro Nacional ou entidade com mandato de fiscalização/proteção dos direitos do consumidor, referentes a lançamentos em débito em conta em que a CONTRATANTE não fornecer a autorização para débito em conta em conformidade com o Contrato Único de Serviços Bancários ou que não seja comprovada a autenticidade dessa;
- II. Ausência de envio de agendamento de débito à CAIXA em prazo superior a 12 meses.

## SECÃO V

### DAS CONDIÇÕES GERAIS DA COBRANÇA BANCÁRIA

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA** – Para efeito do presente contrato, entende-se por:

- I. **ARRANJO DE PAGAMENTOS PIX:** arranjo de pagamentos instituído pelo Banco Central do Brasil que disciplina a prestação de serviços de pagamentos instantâneos – Pix;
- II. **BOLETO DE COBRANÇA:** instrumento utilizado para cobrança e pagamento de dívidas decorrentes de obrigações, ou para o depósito ou o aporte de recursos em conta de depósito ou conta de pagamento pré-paga, conforme o caso;
- III. **BOLETO DE COBRANÇA HÍBRIDO:** boleto de cobrança contendo o código de barras oriundo da cobrança bancária acrescido de QR Code Dinâmico vinculado ao Pix;
- IV. **CONTRATANTE:** o credor da obrigação em cobrança, ou o habilitador de TERCEIRO, ou o titular da conta de depósito ou da conta de pagamento pré-paga beneficiária do depósito ou do aporte;



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

- V. **COBRANÇA BANCÁRIA:** conjunto de serviços que possibilitam recebimento de valores por meio de boleto de cobrança;
- VI. **COBRANÇA BANCÁRIA HÍBRIDA:** conjunto de serviços que permite efetuar recebimentos por meio de boleto de cobrança híbrido;
- VII. **PAGADOR:** o devedor da obrigação em cobrança, ou o titular da conta de depósito ou da conta de pagamento pré-paga beneficiária do depósito ou do aporte, conforme o caso;
- VIII. **TERCEIRO/BENEFICIÁRIO FINAL:** destinatário do recurso para os casos de boleto de depósito e aporte. Pessoa Física ou Jurídica com quem a CONTRATANTE celebra contrato e o habilita a utilizar boletos de pagamento, devendo o TERCEIRO figurar no boleto impresso e no registro eletrônico do boleto como beneficiário final.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA** – Esta seção tem por escopo possibilitar acesso da CONTRATANTE ao serviço de Cobrança Bancária.

**Parágrafo Único** – A cobrança e o pagamento de dívidas citadas nesse instrumento somente poderão decorrer de obrigações previamente assumidas pelo PAGADOR.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA** - O Tipo de Cobrança define a forma de comunicação entre a CONTRATANTE e a CAIXA e deverá ser formalizado no TERMO DE ADESÃO.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA** – O boleto de pagamento emitido pela CONTRATANTE, em meio físico ou eletrônico, deve conter as informações apresentadas nas especificações técnicas do serviço fornecidas pela CAIXA e estar de acordo com as prerrogativas estabelecidas pela regulamentação do Banco Central do Brasil e demais atos normativos.

**Parágrafo Primeiro** – A liquidação do boleto na rede bancária necessita de prévio registro na CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – O registro dos boletos pode ser realizado por meio do Gerenciador Financeiro CAIXA, via aplicativo e-Cobrança, App e-Cobrança, Webservice ou por transmissão de arquivos.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA** – Todas as informações dos boletos são registradas na CAIXA sendo sua emissão e postagem aos PAGADORES efetuada pela CONTRATANTE ou pela CAIXA.

**Parágrafo Único** – Na postagem realizada pela CAIXA, a CONTRATANTE deve enviar o arquivo com a solicitação de emissão com no mínimo 12 (doze) dias úteis de antecedência da data de vencimento do boleto.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA** – A CONTRATANTE que optar pela emissão de boletos/carnês por conta própria deve, obrigatoriamente, proceder à sua validação prévia junto à CAIXA e assegurar o cumprimento dos padrões por ela estabelecidos.

**Parágrafo Primeiro** – Qualquer alteração em sistema da CONTRATANTE ou modificação das informações dos boletos e/ou carnês emitidos pela CONTRATANTE obriga essa parte a proceder a uma nova validação/homologação junto à CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA não se responsabiliza por problemas decorrentes da emissão de boletos por ela não validados/homologados, e da emissão de boletos posterior à validação/homologação quando não atenderem aos requisitos nela estabelecidos.



**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA**– A CONTRATANTE deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, de segurança cibernética e de reputação exigidos pela CAIXA para o cumprimento de obrigações legais e regulamentares, em conformidade com as políticas de risco da CAIXA.

**Parágrafo Único** – A CONTRATANTE é responsável por manter a segurança necessária em seus equipamentos eletrônicos de forma a garantir a lisura e adequada operacionalização das soluções da Cobrança Bancária CAIXA a fim de evitar a invasão e ação de pessoas mal-intencionadas para ilícitos e golpes.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA** – A CAIXA, quando contratada para tal, poderá enviar boletos, avisos e comunicações por meio de terceiro, contratado para essa finalidade, a exemplo de gráficas e Correios.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA** – As informações referentes à movimentação diária dos títulos serão disponibilizadas a CONTRATANTE no dia útil seguinte à data de movimento por arquivo eletrônico, ou ao longo do dia por meio de RETORNO ONLINE.

**Parágrafo Único** – O serviço de RETORNO ONLINE é a modalidade de arquivo retorno parcial, com transmissão de rajadas em intervalos de 15 em 15 minutos, contendo informações das liquidações realizadas ao longo do dia, de segunda a domingo entre 07h e 22h00.

- I. O serviço de RETORNO ONLINE necessita de solicitação expressa e prévia contratação pelo CONTRATANTE, cuja prestação deve ser remunerada por tarifa à CAIXA.
- II. A contratação do retorno online não altera os procedimentos já existentes para a prestação de contas do financeiro e das informações via arquivo retorno enviado ao final do movimento diário;
- III. As liquidações informadas no RETORNO ONLINE consistem numa prévia e podem ser objeto de acerto a qualquer tempo;
- IV. A efetiva liquidação do documento, base para o repasse financeiro, ocorre de acordo com as informações consolidadas no arquivo retorno enviado ao final do movimento diário;
- V. A CAIXA não responderá pelas ações adotadas pela CONTRATANTE em função dos arquivos parciais recebidos pelo retorno online.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA** – Os recebimentos resultantes das liquidações dos boletos serão creditados nas contas correntes de titularidade da CONTRATANTE nos prazos estabelecidos de acordo com os *floats* permitidos para as modalidades e serviços utilizados e contratados, conforme consignado no TERMO DE ADESÃO.

**Parágrafo Primeiro** – Por solicitação da CONTRATANTE, poderá haver rateio dos valores arrecadados pelo pagamento de boletos emitidos nos termos deste contrato, em outras Contas Correntes.

**Parágrafo Segundo** – Para rateio em Contas Correntes de terceiros, deverá haver Lei, Publicação no Diário Oficial ou Contrato particular registrado em cartório que ampare a operação, devendo os percentuais serem informados no TERMO DE ADESÃO.

**Parágrafo Terceiro** – Nos casos em que não houver Lei ou Publicação no Diário Oficial para o rateio, os titulares deverão anuir com o recebimento do percentual devendo os percentuais serem informados no TERMO DE ADESÃO.



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

**Parágrafo Terceiro** – Não será admitido o recebimento de boletos por meio de “cheque” nos canais CAIXA.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA** – Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste contrato, a CAIXA obriga-se a:

- I. Repassar a CONTRATANTE as informações necessárias ao bom desempenho da cobrança, inclusive referente aos boletos liquidados e não liquidados;
- II. Acolher as instruções e liquidações de títulos e processá-las no dia da ocorrência.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA** – Sem prejuízo das demais obrigações ajustadas neste contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

- I. Enviar os dados necessários para cumprimento das instruções do título de acordo com as especificações técnicas do serviço;
- II. Assegurar que todas as instruções contidas no boleto impresso correspondam às condições enviadas para seu registro;
- III. Garantir o cumprimento das normas do Banco Central do Brasil, prerrogativas legais e especificações técnicas do serviço;
- IV. Arcar com os prejuízos oriundos de encaminhamento ou preenchimento incorreto de boletos, títulos e borderôs;
- V. Responder por todo e qualquer prejuízo, ônus ou obrigação decorrente das inserções de mensagens, legitimidade da cobrança, instruções, encargos, imagens ou informações de qualquer natureza, inclusive relativas a endereço, que vier a promover nos boletos e que venham a causar danos ou prejuízos a terceiros ou que sejam contrárias a preceitos legais;
- VI. Zelar pelos itens de segurança que a Cobrança Eletrônica requer, quanto à senha e às configurações, comprometendo-se a dar adequada utilização às informações disponibilizadas pela CAIXA, desobrigando-a de qualquer responsabilidade pela utilização indevida por terceiros;
- VII. Apresentar os documentos relativos aos títulos em cobrança e que comprovem a compra, venda, entrega de mercadorias ou prestação de serviços, conforme o caso, assim como a prova do vínculo contratual que autoriza a cobrança.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATANTE está ciente que, caso não haja a utilização dos serviços contratados pelo período de 365 dias consecutivos, a CAIXA poderá o descadastrar do sistema de cobrança, o que ensejará a rescisão deste instrumento unilateralmente, independente de aviso prévio ou interpelação judicial ou extrajudicial, estando a CAIXA isenta de quaisquer responsabilidades decorrentes.

**Parágrafo Segundo** – Após o descadastramento, não são acatados quaisquer documentos de cobrança da CONTRATANTE.

**Parágrafo Terceiro** – Em atendimento às determinações da Resolução Conjunta BCB/CMN nº 006 de 23/5/2023 para a prevenção de fraudes, o CONTRATANTE consente com o registro, tratamento e compartilhamento de dados e informações entre instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre indícios de fraudes no âmbito daquela Resolução Conjunta, disponibilizados em conformidade



com a legislação e a regulamentação em vigor, observado o dever de sigilo, a proteção dos dados pessoais e a livre concorrência.

### DA EMISSÃO DO BOLETO COM PIX QR CODE (COBRANÇA HÍBRIDA)

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA** – Para utilização da Cobrança Bancária Híbrida a CONTRATANTE deve:

- I. Manter chave Pix ativa na CAIXA durante toda vigência do contrato;
- II. Assinar aditivo contratual caso realize alteração da chave Pix vinculada ao convênio;
- III. Enviar à CAIXA os campos mínimos necessários para geração de QRCode Dinâmico e registro de boleto de Cobrança Híbrido conforme parâmetros estabelecidos.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA** – Na Cobrança Bancária Híbrida é permitida somente a utilização do QRCode Dinâmico, sendo este gerado exclusivamente pela CAIXA.

**Parágrafo Único** – Não será aceita solicitação para geração de QRCode sem o preenchimento dos campos mínimos necessários.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA** – O crédito do valor dos títulos liquidados via Pix é realizado de forma online na conta do beneficiário.

**Parágrafo Primeiro** – Não será realizado rateio dos valores arrecadados pelo pagamento de boletos híbridos.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento do boleto híbrido via Pix não permite estorno.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA** – O débito das tarifas de liquidação via Pix é realizado de forma online independente da periodicidade contratada para os demais canais do convênio.

### DO TERCEIRO HABILITADO

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA** – Se CONTRATANTE celebrar contrato com TERCEIRO para habilitá-lo como beneficiário a utilizar boleto de pagamento por meio de sua carteira de Cobrança Bancária deve atender aos requisitos abaixo:

- I. Comunicar previa e formalmente à CAIXA da intenção de utilização deste modelo;
- II. Garantir que o TERCEIRO habilitado atenda aos requisitos técnicos, operacionais, de segurança cibernética e de reputação exigidos pela CAIXA para o cumprimento de obrigações legais e regulamentares, em conformidade com as políticas de risco da CAIXA, sendo corresponsável pelo seu atendimento;
- III. Assegurar que o seu contrato com o TERCEIRO habilitado preveja o acesso da CAIXA às informações necessárias à identificação de todos os dados dos boletos emitidos e/ou em benefício do TERCEIRO;
- IV. Informar na via impressa e no registro eletrônico os dados do TERCEIRO (CPF/CNPJ e Nome/Razão Social) como sendo o BENEFICIÁRIO FINAL do boleto.

### DA EMISSÃO DO BOLETO PROPOSTA

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA** – A CONTRATANTE poderá ter acesso ao serviço de Cobrança Bancária especificamente para a emissão de boletos de proposta, emitido para possibilitar o pagamento decorrente da eventual aceitação de uma oferta de produtos e serviços, de uma proposta de contrato civil ou de um convite para associação, cuja emissão e apresentação estão condicionadas à manifestação prévia, pelo PAGADOR, de sua vontade em receber este tipo de boleto.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA** – A emissão de boleto de proposta pela CONTRATANTE deve obrigatoriamente apresentar no campo de uso livre do beneficiário – Ficha de Compensação – o seguinte texto abaixo, conforme Circular BACEN nº 3.598/2012:

**BOLETO DE PROPOSTA**

*ESTE BOLETO SE REFERE A UMA PROPOSTA JÁ FEITA A VOCÊ E O SEU PAGAMENTO NÃO É OBRIGATÓRIO.*

*Deixar de pagá-lo não dará causa a protesto, a cobrança judicial ou extrajudicial, nem a inserção de seu nome em cadastro de restrição ao crédito.*

*Pagar até a data de vencimento significa aceitar a proposta.*

*Informações adicionais sobre a proposta e sobre o respectivo contrato poderão ser solicitadas a qualquer momento ao Beneficiário, por meio de seus canais de atendimento.*

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATANTE assume, a partir da adesão a este contrato, inteira responsabilidade e compromisso da garantia de conformidade da operacionalização da emissão dos boletos de proposta em cumprimento ao estabelecido pelo parágrafo primeiro do artigo quarto da Circular BACEN 3.598/2012, abaixo transcrito:

*Art. 4º O boleto de pagamento deverá ser emitido de acordo com modelo preestabelecido e poderá ser apresentado ao pagador por meio físico ou eletrônico.*

*§ 1º A emissão e a apresentação do boleto de proposta estão condicionadas à manifestação prévia, pelo pagador, de sua vontade em receber aquele boleto”.*

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA solicitará, a qualquer momento, a apresentação do documento comprobatório da aceitação prévia do PAGADOR em receber o boleto de proposta, devendo ser apresentado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da solicitação.

**Parágrafo Terceiro** – O beneficiário deve registrar a manifestação de vontade do pagador em aceitar que o boleto é o meio de pagamento da oferta de forma expressa, prévia à sua emissão e inequívoca.

**Parágrafo Quarto** – O não cumprimento do exposto nesta CLÁUSULA e seus respectivos parágrafos garante à CAIXA a possibilidade de suspensão imediata do serviço e/ou rescisão unilateral do contrato, sem ônus para a CAIXA, a partir da evidência de descumprimento da citada regulamentação.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA** – Não é prevista a concessão de desconto de valores de pagamento para boletos de proposta.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA** – No caso de registro de boletos de proposta com valor nominal zerado (R\$ 0,00), não é admitido o pagamento após o vencimento na rede bancária, devendo a CONTRATANTE registrar o boleto com instrução de baixa por devolução em D+0 da data de vencimento.

**DA EMISSÃO DO BOLETO DEPÓSITO OU APORTE**



**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA** – A CONTRATANTE que utilizar a Cobrança Bancária CAIXA para viabilizar depósito ou aporte de recursos em conta de depósitos ou conta de pagamento pré-paga, em nome de usuário que seja o titular/usuário final de referida(s) conta(s), deverá respeitar as seguintes regras e condições:

- I. ao registrar/emitir boleto de depósito e aporte, a CONTRATANTE deverá informar os dados do usuário (titular da conta de depósito ou da conta de pagamento pré-paga) como sendo o Beneficiário Final/PAGADOR do boleto;
- II. a contratante deverá viabilizar o acesso da CAIXA às informações necessárias à identificação do usuário beneficiado nos casos de emissão de boletos de depósito e aporte.

#### **DA COBRANÇA BANCÁRIA PARA BENEFICIÁRIO ELEITORAL**

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA** – O beneficiário eleitoral possui acesso exclusivamente aos seguintes serviços de Cobrança Bancária:

- I. Boletos de cobrança cujas dívidas citadas no instrumento decorram de obrigações previamente assumidas pelo PAGADOR;
- II. Boletos de proposta que possibilitem o pagamento decorrente da eventual aceitação de uma oferta de produtos/serviços, de uma proposta de contrato civil ou de um convite para associação, cuja emissão e apresentação estão condicionadas à manifestação prévia, pelo pagador, de sua vontade em receber este tipo de boleto

**Parágrafo Único** – Na hipótese de utilização do boleto proposta pelo beneficiário eleitoral a CONTRATANTE deve cumprir todas as regras dispostas na subseção “Da emissão do Boleto Proposta”.

#### **DA COBRANÇA BANCÁRIA PARA SEGURADORA COM RETENÇÃO DE IOF**

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA** – A CONTRATANTE Seguradora com retenção de IOF possui acesso exclusivamente aos seguintes serviços da Cobrança Bancária:

- I. Boletos de cobrança cujo seguro cobrado esteja sujeito à retenção e ao recolhimento de IOF à Receita Federal do Brasil e a alíquota daquele imposto seja diferente de zero, desde que a cobrança e o pagamento de dívidas citadas naquele instrumento somente decorram de obrigações previamente assumidas pelo PAGADOR;
- II. Boletos de proposta que possibilitem o pagamento decorrente da eventual aceitação de uma oferta de produtos/serviços, de uma proposta de contrato civil ou de um convite para associação, cuja emissão e apresentação estão condicionadas à manifestação prévia, pelo pagador, de sua vontade em receber este tipo de boleto.

**Parágrafo Único** – Na hipótese de utilização do boleto proposta pelo beneficiário Seguradora com retenção de IOF a CONTRATANTE deve cumprir todas as regras dispostas na subseção “Da Emissão do Boleto Proposta”.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA** – O boleto de cobrança emitido pela CONTRATANTE em meio físico ou eletrônico, deve conter as informações apresentadas nas especificações técnicas do serviço e estar de acordo com as prerrogativas legais, principalmente no tocante ao registro obrigatório do valor referente ao IOF sobre seguros, não sendo acatado pela CAIXA o registro cujo IOF seja igual ou superior ao valor total do boleto, considerando descontos e abatimentos.



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA** – O IOF informado pela CONTRATANTE no registro do boleto será retido e repassado pela CAIXA à Receita Federal do Brasil – RFB, conforme legislação vigente, após a liquidação do boleto.

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA** – A CONTRATANTE irá arcar com os prejuízos oriundos de encaminhamento ou preenchimento incorreto de boletos, títulos e borderôs, incluindo a informação do IOF relativo à operação de seguro, bem como as atualizações provenientes de alteração de alíquota;

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA** – A CAIXA irá recolher os valores de IOF informados pela CONTRATANTE no registro dos boletos e repassá-los à Receita Federal do Brasil quando os títulos forem liquidados.

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA** – O pagamento de boleto com valor divergente ao registro do título na CAIXA, bem como com valor do documento inferior ao valor de IOF, é passível de rejeição e devolução dos valores ao PAGADOR.

### DA COBRANÇA BANCÁRIA PARA SEGURADORA SEM RETENÇÃO DE IOF

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA** – A CONTRATANTE Seguradora sem retenção de IOF possui acesso exclusivamente aos seguintes serviços da Cobrança Bancária:

- I. Boletos de cobrança cujo seguro cobrado esteja isento de IOF ou cuja alíquota daquele imposto seja igual de zero, desde que a cobrança e o pagamento de dívidas citadas naquele instrumento somente decorram de obrigações previamente assumidas pelo PAGADOR;
- II. Boletos de proposta que possibilitem o pagamento decorrente da eventual aceitação de uma oferta de produtos/serviços, de uma proposta de contrato civil ou de um convite para associação, cuja emissão e apresentação estão condicionadas à manifestação prévia, pelo pagador, de sua vontade em receber este tipo de boleto.

**Parágrafo Único** – Na hipótese de utilização do boleto proposta pelo beneficiário seguradora sem retenção de IOF a CONTRATANTE deve cumprir todas as regras dispostas na subseção “Da Emissão do Boleto Proposta”.

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUINTA** – O boleto de cobrança emitido pela CONTRATANTE, em meio físico ou eletrônico, deve conter as informações apresentadas nas especificações técnicas do serviço e estar de acordo com as prerrogativas legais, principalmente no tocante ao registro obrigatório do valor zerado de IOF sobre seguros, não sendo acatado pela CAIXA o registro de boletos com qualquer valor de IOF nesses casos.

**Parágrafo Único** – A CONTRATANTE irá arcar com os prejuízos oriundos de encaminhamento ou preenchimento incorreto de boletos, títulos e borderôs, incluindo a informação do IOF relativo à operação de seguro, bem como as atualizações provenientes de alteração de alíquota.

### DO SERVIÇO DE PROTESTO

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEXTA** – A CONTRATANTE que utilizar a Cobrança Bancária CAIXA para emitir instruções de Protesto de títulos deverá respeitar as seguintes regras e condições:

**Parágrafo Primeiro** – A CAIXA, por demanda da CONTRATANTE para promover protesto de títulos, atuará como mera mandatária e na qualidade de simples apresentante aos Cartórios, não



assumindo qualquer responsabilidade sobre a perfectibilidade, legitimidade ou exigibilidade do boleto levado a protesto.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATANTE declara para os devidos fins de direito e sob as penas de lei, que detém a respectiva documentação comprobatória de compra/venda/entrega de mercadorias, prestação de serviços e/ou prova do vínculo contratual que autoriza a cobrança referente ao boleto a ser encaminhado ao Cartório de Protesto.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATANTE declara ainda estar ciente de sua responsabilidade exclusiva de guarda, pelos prazos definidos em lei, da aludida documentação comprobatória e da sua apresentação à CAIXA quando e onde for exigido.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATANTE autoriza a CAIXA, na condição de mera mandatária de cobrança por conta e risco do mandante, a apresentar a competente declaração ao Cartório de Protesto quando da entrega de seus títulos.

**Parágrafo Quinto** – Em sendo imposto à CAIXA qualquer ônus ou responsabilidade financeira decorrente de protesto ou cobrança levado a efeito no interesse da CONTRATANTE, em razão da inexigibilidade ou irregularidade da CONTRATANTE, caberá a este ressarcir à CAIXA os valores eventualmente despendidos em face de questionamentos judiciais havidos.

**Parágrafo Sexto** – A CAIXA reserva-se o direito de alterar, sem qualquer ônus, a instrução de protesto da CONTRATANTE para devolução, nos casos em que a CAIXA não possua agência na localidade/município do PAGADOR ou outro impedimento que impossibilite o apontamento de boletos para protesto em cartório.

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA** – As despesas cartorárias e/ou custas que, porventura, venham a ser geradas no serviço de protesto de títulos são de responsabilidade da CONTRATANTE e a ele repassadas por meio de débito em sua conta corrente, ficando a CAIXA expressamente autorizada a promover o referido débito.

## DO SERVIÇO DE NEGATIVAÇÃO

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA OITAVA** – A CONTRATANTE que utilizar a Cobrança Bancária CAIXA para emitir instruções de negativação de devedores deverá respeitar as seguintes regras e condições:

**Parágrafo Primeiro** – A CAIXA atuará como mera mandatária da CONTRATANTE, razão pela qual, na qualidade de simples apresentante às empresas de negativação, não assume qualquer responsabilidade sobre a perfectibilidade, legitimidade ou exigibilidade do título cujo pagador será negativado.

**Parágrafo Segundo** – Considera-se inadimplemento para fins de inclusão de registro de negativação, o atraso no pagamento de operações mercantis, financeiras, prestação de serviços e outros legalmente comprováveis por meio de instrumentos próprios, tais como contratos, duplicatas, cheques, notas promissórias e orçamentos devidamente aprovados, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo Terceiro** – É vedada a utilização do serviço de negativação as CONTRATANTES empresas de cobrança e/ou que disponibilizem o serviço de Cobrança Bancária para TERCEIROS.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATANTE assume civil e criminalmente, perante a CAIXA e terceiros a responsabilidade pela veracidade dos registros que incluir se responsabilizando-se



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

ainda pelo envio, exatidão e atualização dos dados informados, em especial os necessários para comunicação da negativação ao devedor.

**Parágrafo Quinto** – Os registros de negativação permanecerão no banco de dados das empresas de negativação pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar da data do vencimento do débito.

**Parágrafo Sexto** – A CAIXA poderá solicitar a apresentação dos documentos relativos aos títulos em cobrança e que comprovem a compra, venda, entrega de mercadorias ou prestação de serviços, conforme o caso, assim como a prova do vínculo contratual que autoriza a cobrança, devendo a CONTRATANTE fornecê-los no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis.

**Parágrafo Sétimo** – Caso a CONTRATANTE não apresente os documentos solicitados no prazo estipulado, o registro de negativação será cancelado junto às empresas de negativação.

**Parágrafo Oitavo** – Em sendo imposto à CAIXA qualquer ônus ou responsabilidade financeira decorrente da negativação em razão da inexigibilidade ou irregularidade da CONTRATANTE, caberá a este ressarcir à CAIXA ou a terceiros os valores eventualmente despendidos.

**Parágrafo Nono** – A CONTRATANTE deve manter em arquivo os documentos que originaram a inclusão do registro de negativação pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos contados da data de vencimento do débito.

**Parágrafo Décimo** – É obrigação da CONTRATANTE o envio à CAIXA de solicitação do cancelamento dos registros de negativação após a regularização do débito que deu origem à inclusão.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A CONTRATANTE deverá comunicar à CAIXA, em até 3 (três) dias úteis, a extinção ou a falência da empresa, hipóteses nas quais os registros de negativação incluídos no banco de dados das empresas de negativação serão cancelados estando sujeitos à tarifação do serviço.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Em caso de interrupção da prestação do serviço de Cobrança Bancária serão cancelados os registros de negativação estando a CONTRATANTE sujeito à tarifação do serviço.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A CAIXA pode, por mera liberalidade, interromper a prestação do serviço de negativação à CONTRATANTE e/ou cancelar os registros de negativação mediante comunicação prévia com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**Parágrafo Décimo Quarto** – Em caso de descumprimento de qualquer parágrafo desta cláusula a CAIXA poderá interromper imediatamente a prestação do serviço de negativação à CONTRATANTE e/ou cancelar os registros de negativação de seus devedores.

### CONTRATAÇÃO DA COBRANÇA BANCÁRIA POR GRUPO ECONÔMICO OU CONGLOMERADO

**CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA NONA** – As EMPRESAS ADERENTES receberão o novo código de beneficiário por Comunicação Eletrônica enviada pela caixa postal de sua agência de relacionamento ou área que a substitua, assim que realizado o cadastro no sistema de Cobrança Bancária da CAIXA.

**Parágrafo Único** – Serão acrescidos no TERMO DE ADESÃO DE CONGLOMERADO firmado entre a CAIXA e a CONTROLADORA os códigos de beneficiários e respectivas contas correntes das EMPRESAS ADERENTES, para que nelas sejam realizados todos os créditos e débitos vinculados aos serviços prestados para os novos códigos de beneficiários cadastrados.



**DIREITO DE PROPRIEDADE DOS APLICATIVOS DE COBRANÇA ELETRÔNICA**

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA** – Os aplicativos da Cobrança Eletrônica são de propriedade intelectual da CAIXA, ficando vedada a CONTRATANTE transferir, ceder, locar ou sublicenciar o direito de uso objeto deste contrato, obrigando-se a manter sob sua guarda, de forma segura, não possibilitando que terceiros não cadastrados o utilizem, divulguem, explorem ou reproduzam por qualquer meio.

**Parágrafo Único** – A atualização da versão dos aplicativos da Cobrança Eletrônica será promovida pela CAIXA, valendo-se dos seus técnicos ou outros por ela indicados ou, ainda, por meio da própria CONTRATANTE.

**SEÇÃO VII  
CONDIÇÕES COMUNS FINAIS**

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA**– As disposições deste contrato são independentes, e, em caso de uma das disposições seja considerada inválida, ilegal ou inaplicável, tal nulidade ou inaplicabilidade não afetará ou invalidará as demais disposições que permanecerão plenamente válidas e vigentes, devendo a disposição declarada nula ou inaplicável ser substituído por outra que conduza as partes aos mesmos resultados econômicos e jurídicos almejados.

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEGUNDA** – A omissão das partes no estrito cumprimento do objeto e das obrigações previstas neste contrato não constituirá renúncia de seus direitos e não impedirá de exercê-los a qualquer tempo.

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA TERCEIRA** – A vigência deste contrato e das condições nele estabelecidas estão dispostas no TERMO DE ADESÃO que o compõe.

**DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUARTA** – Será facultado às partes a rescisão do serviço contratado via TERMO DE ADESÃO, podendo ocorrer a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito e com antecedência mínima de 30 dias à outra parte, quando não será devido qualquer tipo de indenização ou compensações, exceto se houver, comprovadamente, registro de pendências a regularizar.

**Parágrafo Único** – Os arquivos recepcionados e processados serão finalizados pela CAIXA desde que as datas de débito/crédito estejam agendadas dentro do período máximo de 30 (trinta) dias após a comunicação escrita da decisão, exceto para os casos dispostos no parágrafo anterior em que não serão efetivados.

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA QUINTA** – Sem prejuízo do acima exposto, constituem causa de rescisão imediata do serviço contratado via TERMO DE ADESÃO, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a parte que der causa à rescisão pelos prejuízos causados à outra, por um ou mais dos seguintes eventos:

- I. Descumprimento de qualquer cláusula, norma, condição ou obrigação prevista neste instrumento e/ou TERMOS DE ADESÃO que o compõem;



## Contrato Único de Serviços Bancários – Cláusulas Gerais

- II. Prática dolosa de qualquer ação ou deliberada omissão da CONTRATANTE, visando à obtenção de vantagens ilícitas por meio da utilização dos serviços previstos neste Contrato;
- III. Violação dolosa de quaisquer normas legais, bancárias ou de órgãos controladores, incluindo regras de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, financiamento da proliferação de armas de destruição em massa e de exploração de trabalho análogo à escravidão.
- IV. Encerramento da(s) conta(s) vinculada(s) à prestação do serviço(s) contratado(s), tendo em vista a perda do objeto deste instrumento e impossibilidade de cumprimento de obrigações pelas partes.

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SEXTA** – A CONTRATANTE fica responsável pelos débitos remanescentes e derivados cuja inclusão tenha ocorrido no período de vigência do presente contrato.

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA SÉTIMA** – O encerramento do contrato, seja por motivo de descumprimento de qualquer cláusula/obrigação ou por desinteresse de uma das partes, não impede a CONTRATANTE de continuar mantendo junto à CAIXA sua conta de livre movimentação.

### DO FORO

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA OITAVA** – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste instrumento, as partes estabelecem, com privilégio sobre qualquer outro, o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do local de assinatura do TERMO DE ADESÃO vinculado a este contrato.

### DO REGISTRO

**CLÁUSULA OCTOGÉSIMA NONA** – As presentes cláusulas consolidam, em seu inteiro teor, as Cláusulas Gerais do Contrato Único de Serviços Bancários registradas sob o nº 04719822 no Cartório do 2º Ofício de Registro Civil, Casamentos, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), em consonância à Lei n.º 6.015, Artigo 127, Inciso VII.

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:** 0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474

**caixa.gov.br**





Grau de sigilo  
#PÚBLICO

**CONTRATADA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regendo-se pelo Estatuto atualmente vigente, situada na SBS Quadra 04, Lote 3/4, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seu representante legal ao final assinado; doravante denominada simplesmente **CAIXA**.

**CONTRATANTE - PBH Ativos S/A Pessoa Jurídica** de direito privado com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº. 13.593.766/0001-79, neste ato representada nos termos dos seus estatutos sociais, por Leonardo Mauricio Colombini Lima e Roberta Hygino Roletti Zimmer, CPF/MF nº 065.276.716-87 e 013.290.856-55, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A CONTRATANTE adere aos serviços de Pagamentos a Fornecedor, Pagamentos de Salários e/ou Folha CAIXA Web, a serem prestados pela CAIXA conforme os termos e condições estipuladas no Contrato Único de Serviços Bancários e parâmetros definidos a seguir:

## 1. DADOS DA CONTRATANTE

Nome do Convênio: PBH ATIVOS  
CPF/CNPJ Convênio: 13.593.766/0001-79

Agregador de Pagamentos: ☐ Sim ☒ Não

## 2. DADOS DOS CONVÊNIOS E COMPROMISSOS

Número do Convênio	Tipo de Convênio*	Número Compromisso	Nome Compromisso	Agência	Número da Conta	Tipo de Conta**
300816	01	0001	PBH ATIVOS	0093	577100605/6	03
300816	02	0001	PBH ATIVOS	0093	577100605/6	03

### \* TIPOS DE CONVÊNIO

- 01- Pagamento a Fornecedores
- 02- Pagamento de Salários
- 07-Folha CAIXA Web

### \*\* TIPOS DE CONTA:

- 01- Conta para lançamento de agendamentos
- 02- Conta para lançamento de tarifas
- 03- Conta para lançamento de agendamentos e tarifas



### 3. TARIFAS E FLOAT

#### 3.1 Pagamento a Fornecedor

Forma de pagamento	Tarifa contratada
Boletos Caixa	R\$ 0,00
Boletos de Outros Bancos	R\$ 0,00
Ordem de Pagamento	R\$ 0,00
Crédito em conta	R\$ 0,00
TED	R\$ 0,00
Guia de FGTS com barra	R\$ 0,00
Guia de FGTS com QR Code	R\$ 0,00
GPS sem barra	R\$ 0,00
Concessionária e Tributos	R\$ 0,00
Tributos sem barra	R\$ 0,00
Depósito Judicial	R\$ 0,00

<b>Varredura DDA</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Tarifa Varredura – por registro</b> R\$ 0,00
--	--

	Float Pagamento a Fornecedor		
Débito do Agendamento:	<input type="checkbox"/> D+1	<input type="checkbox"/> D+2	Outros: <b>D-0</b>
Tarifa:	<input type="checkbox"/> D+1	<input type="checkbox"/> D+2	Outros: <b>D-0</b>

#### 3.2 Pagamento de Salários

<b>Forma de pagamento</b> Crédito em conta salário	<b>Tarifa contratada</b> R\$ 0,00
---	--------------------------------------

	Float Pagamento de Salário		
Débito do Agendamento:	<input type="checkbox"/> D+1	<input type="checkbox"/> D+2	Outros: <b>D-0</b>
Tarifa:	<input type="checkbox"/> D+1	<input type="checkbox"/> D+2	Outros: <b>D-0</b>

#### 3.3 Folha CAIXA Web

<b>Forma de pagamento</b> Crédito em conta salário	<b>Tarifa contratada</b> R\$
---	---------------------------------

### 4. PERIODICIDADE DE COBRANÇA DA TARIFA

Tarifa:	<input checked="" type="checkbox"/> Diário	<input type="checkbox"/> Semanal no dia	<input type="checkbox"/> Mensal no dia
---------	--	---	--





## 5. HISTÓRICO

<input checked="" type="checkbox"/> <i>Histórico padrão</i>	
<input type="checkbox"/> <i>Histórico personalizado:</i>	
<b>Pagamento a Fornecedor.</b>	
Débito Remessa: <b>PAG FORNEC</b>	Estorno: <b>EST PG FOR</b>
Crédito ao Fornecedor: <b>CX PROGRAM</b>	Estorno: <b>EST CX PRO</b>
<b>Pagamento de Salário.</b>	
Débito Remessa: <b>FOL PAGTO</b>	Estorno: <b>ES FOL PAG</b>
Crédito ao Empregado: <b>SALARIO</b>	Estorno: <b>ES SALARIO</b>
<b>Folha CAIXA Web.</b>	
Débito Remessa:	Estorno:
Crédito ao Fornecedor:	Estorno:

## 6. TRANSMISSÃO DOS ARQUIVOS

Formato de Arquivo em Pagamento a Fornecedor:	
<input checked="" type="checkbox"/> <i>Febraban CNAB 240</i>	
Formato de Arquivo em Pagamento de Salário:	
<input type="checkbox"/> <i>Febraban CNAB 150</i>	<input type="checkbox"/> <i>Febraban CNAB 240</i>

Utiliza aplicativo CAIXA Programado: <input type="checkbox"/> <i>Sim</i> <input checked="" type="checkbox"/> <i>Não</i>
---

Forma de Transmissão e Recepção:	
<input checked="" type="checkbox"/> <i>Via VAN</i>	<input type="checkbox"/> <i>Via Transmissão Direta</i> <input type="checkbox"/> <i>Gerenciador Financeiro CAIXA*</i>

\* Opção disponível somente para Folha CAIXA Web



Retorno de crítica D0 (Durante o Dia):

Pagamento a Fornecedor:

- ☐ Não;  
☐ Sim, apenas dos registros rejeitados;  
☒ Sim, dos registros incluídos e rejeitados.

Pagamento de Salários:

- ☐ Não;  
☐ Sim, apenas dos registros rejeitados;  
☒ Sim, dos registros incluídos e rejeitados.

## PAGAMENTO A FORNECEDOR

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O serviço de "Varredura DDA", disponível para pagadores eletrônicos, consiste na geração e envio, pela CAIXA, de arquivo em leiaute padrão FEBRABAN CNAB 240 com a relação de títulos emitidos pelos bancos beneficiários, participantes do DDA - Débito Direto Autorizado, em que a CONTRATANTE seja o pagador.

**Parágrafo Primeiro** – Ao selecionar o serviço de "Varredura DDA" o cliente opta por aderir ao serviço de Débito Direto Autorizado – DDA, a ser disponibilizado pela CAIXA, o qual possibilitará o acesso, por meio eletrônico, a todos os boletos de cobrança registrados em seu nome pelos Beneficiários e declara estar ciente e de pleno acordo com as disposições contidas no Contrato Único de Serviços Bancários CAIXA, seção VII.

**Parágrafo Segundo** – A tarifa referente ao serviço de "Varredura DDA" é cobrada por título disponibilizado no arquivo e debitada na conta corrente indicada para débito de tarifas.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O serviço "Retorno crítica em D-0" é opcional e consiste no envio de arquivo eletrônico a CONTRATANTE, na mesma data de recebimento do arquivo remessa, com a crítica dos registros recebidos para processamento na CAIXA, informando se estes foram acatados ou rejeitados.

**Parágrafo Único** – Caso o arquivo remessa seja enviado à CAIXA após o horário limite para processamento, o arquivo retorno de crítica dos registros é enviado a CONTRATANTE no dia útil subsequente.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO

**CLÁUSULA QUARTA** – É vedado o crédito de vencimento, salário, subsídio ou proventos por meio de serviço diferente do Pagamento de Salários, sendo que quaisquer acionamentos do Banco Central ou de empregados da CONTRATANTE endereçados à CAIXA, em decorrência de situações de crédito de salário efetuado por meio de pagamento diferente de Pagamento de Salários, serão imputados à CONTRATANTE.



**Parágrafo Único** – Eventuais sanções relacionadas a tais ocorrências configuram hipótese de rescisão imediata deste contrato a critério da CAIXA e sem necessidade de aviso prévio, conforme disposto no Contrato Único de Serviços Bancários CAIXA.

## FOLHA CAIXA WEB

**CLÁUSULA QUINTA** - O serviço admite apenas *float* 0 (débito online) para o agendamento da remessa e da tarifa, com apuração e cobrança diária dos valores devidos de tarifa.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA SEXTA** – Qualquer alteração deste contrato firmado entre o(a) **CONTRATANTE** e a **CAIXA** deverá ser efetuada por meio de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Para cumprimento do objeto do contrato, a **CONTRATANTE**, como Controladora, autoriza que a **CAIXA**, como Operadora, realize o tratamento de dados pessoais transmitidos com finalidade de executar as respectivas obrigações previstas no instrumento contratual

**Parágrafo Único** - A **CONTRATANTE** se compromete a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados conforme previsto na LGPD, especialmente em relação à necessidade de obter consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, se for o caso.

**CLÁUSULA OITAVA** – O prazo de vigência da presente adesão será de **12** meses, contados a partir da data da assinatura pelas partes, findo o qual este instrumento será automaticamente renovado por igual período, sucessivamente, desde que não haja manifestação expressa em contrário de quaisquer das partes, mediante notificação a outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias da data do vencimento deste.

**Parágrafo Único** - Em caso de renovação automática deste Contrato, haverá, anualmente, na data de aniversário desta adesão, a manutenção do *float* contratado e a atualização monetária automática do valor das tarifas estabelecidos pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar, se for o caso.



Termo de Adesão ao Contrato Único de Serviços Bancários –  
Pagamento a Fornecedor, Pagamento de Salários e Folha CAIXA Web

Assim, ajustadas e acordadas, a CAIXA e a CONTRATANTE firmam as condições deste Termo de Adesão ao serviço de Pagamentos a Fornecedor, Pagamento de Salários e/ou Folha CAIXA Web.

Belo Horizonte, 12 de Julho de 2025  
Local/data

DIEGO GONÇALVES NASCIMENTO SILVA  
Gerente de Carteira PJ  
Matr.: C104650-1  
Ag. Santa Efigênia - MG  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Representante CAIXA  
Nome: DIEGO GONÇALVES  
NASCIMENTO SILVA  
CPF: 061.603.136-06

Representante CONTRATANTE  
Nome: LEONARDO MAURICIO  
COLOMBINI LIMA  
CPF: 065.276.716-87

Representante CONTRATANTE  
Nome: ROBERTA HYGINO ROLETTI  
ZIMMER  
CPF: 013.290.856-55

Testemunhas

Nome: Thais Nazare F. Souza  
CPF: 875.165.436-91

Nome: THIAGO AUGUSTO SANTOS MAGNONI  
CPF: 096.856.416-09

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)  
**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:** 0800 726 2492  
**Ouvidoria:** 0800 725 7474  
**caixa.gov.br**